

Parecer nº 103/97

Data: 1997.10.22

Processo nº 248

Reclamante: Nazaré Teixeira

Entidade Reclamada: Direcção-Geral das Alfândegas

I

A advogada de Narciso José de Castro da Silva Gonçalves, identificado no processo, veio reclamar perante a CADA, nos termos do artigo 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, do indeferimento expresso de requerimento de reprodução autenticada de documentos que apresentou, nos termos seguintes:

- O requerente foi arguido num processo disciplinar na Direcção-Geral das Alfândegas, que resultou de um outro instaurado pelos C.T.T - Correios de Portugal, do Edifício do Município do Porto, junto do qual funciona a Delegação Aduaneira das Encomendas Postais, a um funcionário - carteiro - aposentado actualmente, cujo nome consta dos autos arquivados nesta Comissão.
- Por este facto, o Gabinete de Auditoria Interna da Direcção-Geral das Alfândegas solicitou algumas certidões de declarações existentes no aludido processo disciplinar dos CTT, no sentido de apuramento de indícios de responsabilidade disciplinar do requerente.
- Alega o reclamante que "ficou-se sem saber se existem mais declarações e qual a conclusão deste processo disciplinar instaurado ao carteiro e que deu origem ao processo disciplinar" que lhe foi movido e entende que a acusação no processo disciplinar "assenta somente nas conclusões efectuadas no relatório final elaborado

pela instrutora que tinha a seu cargo o processo dos CTT", "não se podendo retirar das certidões juntas tais conclusões".

- Pretende por isso a reprodução autenticada de outros processos disciplinares em que porventura o referido carteiro tenha sido arguido, no sentido de se apurar a credibilidade das afirmações por ele proferidas
- Por esse facto, o requerente havia solicitado à Directora de Inspeção dos CTT, nos termos do artigo 62º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), a reprodução autenticada de todos os processos disciplinares que correram (ou ainda correm) os seus termos nos CTT, em que foi (é) arguido o tal carteiro, para efeitos de defesa do requerente. nomeadamente para pedir a revisão do processo bem como para interpor recurso hierárquico impróprio.
- A resposta ao pedido formulado foi no sentido do indeferimento, o que, na opinião da advogada do requerente, "viola o seu direito de ser informado sobre o andamento do processo, bem como a resolução definitiva"
- Invoca agora a LADA, entendendo estar-se perante um documento administrativo e que, mesmo que se considere um documento nominativo ("o que só por mera hipótese admite"), tem um interesse directo e pessoal, isto é, é uma pessoa directamente interessada no procedimento, já que a sua esfera jurídica foi alterada pela própria instauração do processo, saindo desfavorecido.
- Mais alega que, mesmo que assim não se entenda, o requerente estaria salvaguardado pelo artigo 64º do CPA, por o requerente, para além de ser interessado, ter um interesse específico e atendível na informação pedida (por não saber se as declarações emitidas pelos declarantes, no processo disciplinar do funcionário dos CTT, envolvendo o seu nome, têm algum carácter verídico).

- Mais refere ser seu entendimento que a inspectora dos CTT se terá limitado "a negar o pedido invocando o Regulamento Disciplinar dos CTT, violando um dos deveres fundamentais da Administração, quando se pratica qualquer acto, que é o dever de fundamentação, neste caso, quer de facto quer de direito (conf. CPA, comentado, Vol. I, de Mário Esteves de Oliveira, comentário ao artigo 64º) e violando o artigo 15º, nº 1, b), da Lei nº 65/93 ".
- Requer, por fim, que a CADA se pronuncie no sentido de os CTT procederem à reprodução autenticada de todos os processos disciplinares que correram (ou ainda correm) os seus termos nos CTT, em que foi (é) arguido o mencionado carteiro.

II

1. Muitas, senão a maior parte, das alegações transcritas, como indicia a sua própria formulação, não têm qualquer relação com as atribuições e competências da CADA e nunca poderiam releva para o efeito visado, mesmo que se estivesse perante documentos da Administração.

De facto, não cabe à CADA intervir como instância de controlo da aplicação de legislação disciplinar na Administração Pública, nem como garante do cumprimento do CPA. Por outro lado, a reclamação para a CADA não substitui nem se situa no mesmo plano dos meios próprios legalmente assegurados para reacção contra actos eventualmente ilegais. Em consequência, não suspende quaisquer prazos da lei.

2. Por despacho do Senhor Presidente, sob proposta dos serviços, a mandatário do requerente foi alertada para a inexistência de efeito suspensivo da reclamação.

3. Mais foi informada da orientação uniforme da CADA quanto à natureza dos CTT, com remissão directa para o teor do parecer nº 6/95, o qual aplica disposições legais cujo alcance é manifesto.

Nestes termos, e sem mais, indefere-se a reclamação.

Lisboa, 22 de Outubro de 1997.

José Magalhães (Relator) - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida – José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).